

## Entre a aldeia e as cidades: ressignificações do povo Tapuia do Carretão (GO) em contexto urbano <sup>1</sup>

### Among the village and the cities: remaining of the Tapuia People from Carretão (GO) in an urban context

Leonardo José dos Reis Coimbra de Melo \* 

Lorrane Gomes da Silva \*\* 

Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia \*\*\* 

#### Resumo

Este artigo apresenta a pesquisa realizada junto ao povo Tapuia do Carretão, que possui território tradicional na Região do Vale do São Patrício, estado de Goiás, Brasil. A pesquisa teve como objetivo compreender o modo de vida, as novas territorialidades e ressignificações de viver na cidade ao saírem da aldeia para morar nas cidades vizinhas de Nova América e Rubiataba. A análise foi baseada no materialismo histórico-dialético, com abordagem quali-quantitativa e a metodologia deu-se a partir da observação participante, os procedimentos metodológicos foram levantamento bibliográfico, construção de diário de campo, entrevistas, observação, registros fotográficos e elaboração de mapas. Este estudo conclui que as mudanças para as cidades foram motivadas por necessidades relacionadas a emprego, renda, auxílio médico e ampliação dos estudos, mas também provocaram mudanças no modo de vida e ressignificações socioculturais.

**Palavras-chave:** deslocamentos; territorialidades; resiliência.

#### Abstract

The article presents the research conducted with the Tapuia people of Carretão, who have a traditional territory in the São Patrício Valley region, state of Goiás, Brazil. The research aimed to understand the way of life, new territorialities and re-significations of living in the city after leaving the village to live in the neighboring cities of Nova América and Rubiataba. The analysis was based on historical-dialectical materialism, with a quali-

---

<sup>1</sup> O texto apresenta os resultados da dissertação intitulada "POVO TAPUIA DO CARRETÃO (GO): modo de vida, ressignificações e territorialidades entre a aldeia e as cidades", realizada por meio do PPGeo-IESA/UFG, sob a orientação da professora Dra. Maria Geralda de Almeida (in memoriam) e, coorientação da professora Dra. Lorraine Gomes da Silva.

\* Universidade Federal de Goiás, IESA, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: [leodemelo87@gmail.com](mailto:leodemelo87@gmail.com)

\*\* Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina, Pós-Graduação em Geografia, Goiás, GO, Brasil. E-mail: [lorrannegomes@gmail.com](mailto:lorrannegomes@gmail.com)

\*\*\* Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: [eunicetapuia@hotmail.com](mailto:eunicetapuia@hotmail.com)

quantitative approach, and the methodology was based on participant observation, including bibliographic survey, construction of a field diary, interviews, observation, photographic records, and elaboration of maps. The research concludes that the changes to the cities were motivated by needs related to employment, income, medical assistance, and expanding their studies, but also provoked changes in the way of life and sociocultural re-significations.

**Keywords:** offsets; territorialities; resilience.

## **Introdução**

De acordo com Ribeiro (1996), aproximadamente 80 povos indígenas desapareceram no Brasil no século XX. No Brasil, o extermínio dos povos indígenas resultou na perda irreparável de culturas específicas, línguas e povos inteiros. Em Goiás, estado brasileiro, essa realidade não foi diferente. Segundo Silva (2016), dos mais de 20 povos que habitavam o estado antes da colonização, apenas três Terras Indígenas permanecem: a dos Karajá em Aruanã, a dos Avá-Canoeiro entre Minaçu e Colinas do Sul e a dos Tapuia próximo a Rubiataba e Nova América.

O presente artigo é fruto de pesquisa de mestrado que foi realizada com o povo Tapuia Carretão – GO, em particular com os indígenas que saíram da aldeia para morar nas cidades vizinhas de Nova América e Rubiataba. O objetivo foi compreender o modo de vida, as novas territorialidades e ressignificações de viver na cidade, dada a transição aldeia para cidade. A escolha do tema, em particular sobre o povo Tapuia, foi motivado pelo desejo em compreender melhor as questões indígenas no território nacional, sobretudo, a dinâmica de deslocamento entre a aldeia e cidade e quais as consequências geradas na vida dos sujeitos indígenas.

O materialismo histórico-dialético foi a base para a análise dos resultados, visto que, segundo Alves (2010), esse método “entende que existem oposições dualistas/dicotômicas entre as instancias e indivíduos, objetividade-subjetividade, interno-externo”. Nesse contexto, os sujeitos não são determinados na/pela história, mas como transformadores da história, em que as práticas sociais engendram essa relação.

A abordagem foi quali-quantitativa, a metodologia foi a observação participante utilizando dos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre o tema; trabalho de campo com registros organizados em diário de campo; entrevistas; rodas de conversas e registros fotográficos. A pesquisa iniciou-se desde o ingresso no

mestrado, com os levantamentos bibliográficos e a partir do segundo com os trabalhos de campo e pesquisa empírica, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética da Universidade Federal de Goiás. Foram realizados três trabalhos de campo nas cidades de Nova América e Rubiataba e na aldeia que fica a 56 km de Rubiataba.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 07 de dezembro de 2020 a 12 de setembro de 2021. Durante as incursões aos municípios buscou-se junto a alguns moradores locais sobre a presença dos Tapuia nas cidades e tivemos os primeiros contatos com alguns indígenas. Na oportunidade, por telefone contactamos o Cacique do povo Tapuia para falar sobre a pesquisa e pedir consentimento para sua execução. Foi possível conseguir com o Cacique contato de telefone de alguns parentes que moram nas cidades. Isso facilitou uma aproximação inicial e informações trocadas por *WhatsApp*<sup>2</sup>.

Durante os trabalhos de campo foram entrevistados 11 indígenas que moram em Nova América e Rubiataba (GO) e passamos dois dias na aldeia, conhecendo e conversando em rodas de conversas com alguns indígenas residentes. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Portanto, só está exposto no trabalho as falas que tiveram consentimento dos indígenas e, mesmo as que tiveram, estão em anonimato para preservar a identidade e segurança dos dados. Dentre os assuntos temas nas entrevistas, destacam-se: número de pessoas das famílias; escolaridade; local de nascimento; a relação com os vizinhos não indígenas e com os parentes residentes no Carretão I e II; qual a principal fonte de renda; tipo de alimentação e se existem manifestações culturais na cidade, tradicionais do seu povo. Além dos trabalhos de campo realizados, o contato com os indígenas foi permanente por telefone e *WhatsApp*. Ressalta-se os desafios que foi executar uma pesquisa sobre povos indígenas em plena pandemia da COVID-19<sup>3</sup>, iniciada em 31 de dezembro de 2019 na China, foi preciso muita cautela e cuidados para execução dos trabalhos de campo. O desejo era de ter realizado mais visitas de campo. Porém, devido ao contexto de restrição sanitária, não foi possível documentar mais entrevistas.

---

<sup>2</sup> É um aplicativo de troca de mensagens e comunicação em áudio e vídeo pela internet.

<sup>3</sup> É uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves, que originou uma pandemia.

## **Povos Indígenas no Brasil no Cerrado e em Goiás: breves considerações**

O Brasil, desde antes da chegada dos primeiros europeus no dia 22 de abril de 1500 com os portugueses, não era uma terra desabitada. A região costeira possuía uma variedade de povos indígenas. E desde esse momento, os povos originários começaram a sofrer com os impactos desse encontro. De início, esses povos foram dizimados pelas doenças e, posteriormente pelas guerras, exploração, expulsão de seus territórios tradicionais e escravidão. Os colonizadores viam os indígenas apenas como força de trabalho que necessitam para prosperar no novo território encontrado (RIBEIRO, 1995).

Os dados demográficos revelam o processo de extermínio sofrido pelos povos indígenas no Brasil. Dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2010) revelam que havia aproximadamente três milhões de indígenas, sendo que dois milhões viviam no litoral do país e um milhão no interior nos séculos XV e XVI. Antes do século XV, estima-se que havia no Brasil mais de mil povos indígenas. Até o século XX, o extermínio foi intenso. Segundo o censo realizado pelo IBGE (2010), são cerca de 896,9 mil indígenas, 305 povos, que vivem em 732 Terras Indígenas. Além da demografia registrada, há mais de 70 isolados e 82 referências de povos não-contatados.

Os dados demográficos revelam o genocídio e etnocídio sofrido pelos povos indígenas, criando uma dívida histórica irreparável conosco. Desde a invasão europeia do Brasil no século XVI, os colonizadores os rotularam como selvagens e usaram diversas formas de violência, incluindo a catequização forçada e a imposição cultural, com o objetivo de dominar o território e explorá-los.

Além da classificação e julgamento de inferioridade, as marcas do contato interétnico pautado na dominação e confiança indígena conquistada pelos não indígenas através das trocas de presentes, objetos, mercadorias e dinheiro foi avassaladora para a cultura de muitos povos originários, e influenciou a transformação da paisagem, do território e na intensificação das ressignificações socioculturais. É fato que o processo de expropriação/expulsão dos povos indígenas e seus territórios, iniciado no século XV, continua latente no século XXI. Em 2022, o cenário de vulnerabilidade biológica e sociocultural é preocupante e mostra que a questão agrária sempre foi e ainda é o cerne dos conflitos dessa natureza no Brasil.

O Cerrado é considerado o segundo maior bioma da América do Sul e o segundo maior bioma do Brasil, é encontrado na parte mais central do País, incluindo os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. Coutinho (2002, p. 79) avalia que a área nuclear do Cerrado possua aproximadamente 1,5 milhão de km<sup>2</sup>. Contudo, quando adicionadas as extensões encravadas em domínios vizinhos e em faixas de transição poderá chegar a 1,8 ou 2,0 milhões de km<sup>2</sup>, “com uma dimensão tão grande como esta, não é de admirar que aquele domínio esteja representado na maioria dos estados do Brasil, concentrando-se naqueles da região do Planalto Central, sua área nuclear”.

Mota Júnior, Silva e Silva (2021, p. 6) consideram que “além da importância socioambiental, o Cerrado é composto por diferentes povos indígenas e comunidades tradicionais, evidenciando uma riqueza cultural diversa”. Segundo a FUNAI (2020) no Brasil há aproximadamente 738 Terras Indígenas e o Cerrado abriga em torno de 114 delas com aproximadamente 35 povos diferentes. A maior concentração de TIs está nos estados de MT, MS, TO e MA, os estados GO, PA e MG possuem menos. O estado MT agrupa a maior diversidade de povos indígenas, seguido por MS, MA, TO, GO, MG e PA, na respectiva ordem.

Nesse sentido, apesar de toda importância é sabido que o Cerrado tem sido um bioma abruptamente devastado, sobretudo, a partir de 1970, pelas atividades agroindustriais e pela mineração. Segundo Coutinho (2016, p. 64): “entre 1990 e 2010, o Cerrado perdeu 265.595 km<sup>2</sup> de sua vegetação arbórea original. Em 2010, restavam apenas 47% de sua área natural”. Os dados do projeto PRODES Cerrado, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)<sup>4</sup> unidade do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovações - MCTI, referentes ao período de agosto de 2020 a julho de 2021, apontam que o Cerrado perdeu área equivalente a quase duas vezes o Distrito Federal. Neste período foram desmatados mais de 8,5 mil Km<sup>2</sup> de vegetação nativa (8.531,44 km<sup>2</sup>), um aumento de quase 8% em relação aos 12 meses anteriores. É o maior índice de desmatamento do Cerrado desde 2016. Consoante ao levantamento, o estado do Maranhão foi o que apresentou a maior área de vegetação nativa suprimida (2.281,72 km<sup>2</sup>), seguido pelo Tocantins (1.710,55 km<sup>2</sup>), Bahia (925,11 km<sup>2</sup>) e Goiás (920,45 km<sup>2</sup>).

<sup>4</sup> Disponível em: <http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments>

Esses dados revelam os prejuízos socioambientais da destruição do bioma Cerrado em nome principalmente de atividades da agroindústria (*commodities* agrícolas), por exemplo. A insegurança hídrica, energética e alimentar que Brasil e a desapropriação violenta de povos de seus territórios tradicionais também revelam os ataques sofridos pelos povos indígenas enquanto minoria étnica no país.

Os interesses particulares em explorar os bens naturais imprescindíveis a esses povos parecem querer se consolidar a qualquer custo. Nesse contexto, o mesmo Estado que garante os direitos de comunidades tradicionais e povos indígenas é o mesmo que assina os megaprojetos em suas terras (Agronegócio; Usinas hidrelétricas; Usinas Sucroalcooleiras; Turismo; Mineração; Garimpo ilegal; Construção de estradas, Pontes, Rodovias; Extração de madeira; entre outros).

Em específico no território goiano, embora tenha apresentado efetivos focos de povoamento por não indígenas a partir do século XVIII, já era conhecido por exploradores desde o final do século XVI. A ocupação permanente deu-se a partir da chegada de Bartolomeu Bueno da Silva, após a descoberta do ouro nessa região. Assim, fundou-se o primeiro povoado do estado recebendo o nome de Vila de Sant'Anna posteriormente nomeado como Vila Boa de *Goyas*, construída as margens do Rio Vermelho (MELO, 2008). A partir da descoberta do ouro em Goiás, no ano de 1725, iniciou-se o povoamento do território goiano.

Os povos indígenas, residentes seculares desse território, foram escravizados e expulsos de seus territórios tradicionais, com a escassez das minas, os povos, que restaram se recolheram em regiões mais interioranas do estado (RAVAGNANI, 1986-1987). Estima-se em Goiás a presença de mais de 20 povos indígenas no século XVIII. Chaim (1983, p. 49-53) ressalta a existência de vários povos indígenas que habitavam em Goiás agrupando-os de acordo com a região em que viviam: Aráe, Arachá, Crichá, Caiapó, Acroá, Xacriabá, Xavante, Canoeiro, Apinagé, Tapirapé, Cururu, Mangariruba, Craya, Javaé, Carajá, Gradáu, Tessemeu e Amadu-guaia-guast.

De acordo com Chaim (1983, p. 50), “os povos indígenas ficaram sujeitos à violência praticada por seus agentes o que acabou por reduzir as nações indígenas Xacriabá e Avá-Canoeiro, e o extermínio dos índios Goyá, Crixá, Kayapó Meridional, Akroá, entre outros grupos”.

Melo (2008, p. 30) ressalta que desde a segunda metade do século XVI, outros povos indígenas chegam a Goiás compelidos pelos conflitos com os não indígenas nas regiões mais litorâneas do país. Destaca-se, assim, a chegada dos Tupi, Amoipira, Tupinãe, Tabajara, Aricobé e Tupinambá. Para o autor, quantificar a população indígena em Goiás, anterior à chegada dos não indígenas é impossível, mas de acordo com estimativas seriam aproximadamente 50.000 indivíduos. Os cálculos são imprecisos em decorrência de que, com a chegada dos primeiros exploradores, grupos étnicos inteiros foram exterminados, não restando registros, ou apenas poucas informações como a exemplo os Goya ou Goyazes; do mesmo modo como os Arachá ou Araxá, que foram exterminados pelos Caiapó.

Após séculos de extermínio, em 2022, no território goiano existem apenas três Terras Indígenas: do povo Karajá, no município de Aruanã (três áreas descontínuas), do Avá-Canoeiro, entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul, e do povo Tapuia, nos municípios de Rubiataba e Nova América (duas áreas descontínuas).

O povo indígena Karajá se autodenomina *Iny*, cujo significado corresponde a “nós” ou “nós mesmos”. O nome Karajá é de origem Tupi, cujo significado aproxima-se de “macaco grande” (ISA, 2015). De acordo com Rodrigues (2020), pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e dividem-se em três línguas: Karajá (GO/MT), Javaé (TO) e Xambioá (TO). Segundo dados do IBGE (2010), o povo Karajá soma aproximadamente 3.000 indígenas que vivem em cerca de 29 aldeias espalhadas ao longo do vale do rio Araguaia e afluentes. O maior quantitativo de aldeias localiza-se na Ilha do Bananal, Tocantins.

A Terra Indígena (TI) do povo Karajá que vive no município de Aruanã-GO é fragmentada e descontínua em três porções e foi homologada em 2000. A TI – I e III estão no estado de Goiás e a II está localizada na divisa de Goiás com Mato Grosso. Na TI-I, de acordo com dados da SESAI (2022), 160 pessoas estão organizadas na aldeia *Buridina* que fica no centro da cidade. Na TI – III, 85 pessoas vivem na aldeia *BdèBuré* distante 12 km da cidade, e na TI – II os Karajá tem utilizado o espaço para coleta; criação de animais; caça; trilhas ecológicas; entre outras atividades. O eixo condutor da cosmovisão e reprodução sociocultural do povo Karajá é o Rio Araguaia. A história de origem desse povo conta que vieram do fundo desse rio.

Os primeiros registros sobre os Avá-Canoeiro são do final do século XVIII. Barbosa et al., (2014) consideram, em cerca de 600 anos, a presença contínua dos Avá-Canoeiro às margens do rio Claro e Araguaia, em Goiás.

O termo “*awã*” na língua Avá-Canoeiro significa “gente”, “pessoa”, “ser humano”, “homem adulto”. O cognome “*canoeiro*” deve-se à habilidade para navegar canoas e ubás<sup>5</sup> pelas correntezas dos rios. De acordo com Silva (2005, p.16): “os Avá-Canoeiro auto designam-se *awã*, ‘gente’, em oposição a *maira*, ‘não-indígena’”. Silva (2005) ressalta ainda que organizados em aldeias, os Avá-Canoeiro mantinham uma forte relação com os rios, deslocando-se com facilidade por eles, além de fazerem da pesca uma prática cotidiana.

O povo Avá-Canoeiro pertence à família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi. Para Borges (2006, p. 26), o Avá-Canoeiro “é uma língua altamente ameaçada de extinção, devido ao reduzido número de falantes, e praticamente sem documentação disponível e estudos feitos”. Depois dos massacres sofridos e de todo o processo de dispersão espacial, atualmente, os Avá-Canoeiro estão divididos em duas famílias: uma habitando a bacia do Rio Araguaia, em Tocantins (com aproximadamente 30 pessoas), e outra habitando a bacia do Rio Tocantins, em Goiás (oito pessoas).

A importância dos povos indígenas Tapuia, Karajá e Avá-Canoeiro e de suas terras para o território goiano é indiscutível. Elas guardam muitas riquezas e protegem a biodiversidade do Cerrado que ainda resta em Goiás. Os desafios que cada povo tem são peculiares desde o período do contato e continuam sendo, sobretudo nas questões que tangem ao território. Almeida (2019) ressalta que não só os indígenas, mas as comunidades tradicionais do Cerrado persistem na redução dos recursos naturais desse bioma, e sobretudo buscam assegurar a sua sobrevivência.

### **Povo Tapuia: contexto sócio-histórico e geográfico**

O Povo Tapuia está localizado em três estados brasileiros: Goiás, Ceará e Rio Grande do Norte. Tapuia de acordo com Moura (2006) é um vocábulo de origem Tupi,

---

<sup>5</sup> Tipo de canoa usada entre povos indígenas brasileiros, talhada em casca de árvore ou escavada a fogo.

utilizado de maneira genérica para designar os indígenas que habitavam as regiões interioranas do Brasil, no início da colonização portuguesa.

Durante mais de quatro séculos, o termo "Tapuia" foi utilizado de maneira genérica para se referir a todos os povos indígenas que não possuíam uma etnia definida. Vários agrupamentos de indígenas que viviam em aldeamentos foram rotulados como Tapuia, incluindo Xavante, Xerente, Karajá, entre outros. Infelizmente, essa classificação gerou graves problemas identitários futuros, especialmente devido à ausência da língua indígena, tornando esses povos alvo de preconceitos e discriminação por parte dos não indígenas (SILVA; ROSA; MATOS, 2021, p.04).

Há duas grafias para o nome Tapuia (no feminino) quando se refere ao nome do povo e Tapuio no masculino quando se refere aos homens. Tapuia quer dizer na língua Tupi “bárbaro” ou “inimigo”, mas, o nome Tapuia é uma palavra em português e não sofre variação, pois é um adjetivo de dois gêneros, desse modo, cabe ao povo escolher a nomenclatura que mais aproxima à sua identidade.

Conforme Schwartz (1988), todos os outros povos que não falavam o tupi-guarani foram denominados tapuias. Dessa forma, a imagem do povo Tapuia ficou duplamente distorcida, pois as informações sobre eles chegaram através da visão dos portugueses e dos seus informantes, os tupinambás. Por isso, o que se sabe sobre seus costumes é um tanto vago. Os tapuias pertenciam a vários troncos culturais e linguísticos. Alguns grupos eram os jês, os caraíbas e os cariris. Outros foram obrigados a deixar de falar a sua língua indígena. A maioria dos Tapuia habitavam o interior, assim tiveram menor contato com os portugueses nos primeiros anos da colonização.

Moura (2006) considera que os Tapuia eram um povo nômade, paravam apenas em locais em que houvesse abundância de alimentos, coletavam mel, frutas e caçavam animais. Tinham respeito pelas forças da natureza, o trovão, a lua e o sol.

No século XVIII, as políticas de aldeamento indígena se estenderam ao Brasil Central como parte da interiorização do projeto colonial português, de modo a conciliar os interesses da Coroa, da Igreja e da sociedade em formação. Em Goiás foram construídos 06 aldeamentos indígenas. O aldeamento Carretão que alojava o povo Tapuia, foi o último a ser construído, em 1788.

No início os aldeamentos contavam com a administração dos jesuítas que logo foram substituídos pelo Estado. No caso de Goiás, os primeiros atritos entre Igreja e

governo se deram por volta do ano de 1754, quando os jesuítas perderam o comando dos Aldeamentos de Duro e Formiga. Os aldeamentos nesse período tinham como objetivo agrupar povos indígenas em determinada região, com o propósito de expropriá-los de seus territórios tradicionais para a exploração, e, uma tentativa de colonização desses povos, além de utilizá-los como mão-de-obra.

De acordo com Borges (2013), por volta do ano de 1835, o aldeamento do Carretão entra em um processo de ‘decadência’ devido ao desinteresse do governo em mantê-lo. Destaca-se que esse desinteresse se deu por conta do fim das minas existentes na região, fazendo com que o aldeamento não gerasse mais interesse. Assim, ocorre um relativo isolamento da população indígena que ali vivia, pois os povos ficaram abandonados à própria sorte.

No ano de 1979, os Tapuia remanescentes do Carretão buscam apoio junto a FUNAI, para denunciar a tomada de suas terras e requerer a proteção para as terras que ainda restavam ao seu povo. Até as duas primeiras décadas do século XX, o povo Tapuia vivia no local do antigo aldeamento Carretão. A TI começou a ser estudada e delimitada pela FUNAI em 1983. Já em 1984, essa foi demarcada e homologada. Mas, apenas em dezembro de 1999 ocorreu, de fato, a retirada dos posseiros. Segundo Rodrigues (2018, p. 146):

A luta fundiária dos Tapuias é constante e intensa, desde o século XIX, promovendo conflitos na região e transformações substanciais na vida da comunidade. Graças à sua incansável luta em defesa do território, os Tapuias estão conseguindo a reapropriação de suas terras e o desenvolvimento de meios de sustentabilidade para seu povo, no que diz respeito à subsistência e à preservação do meio ambiente, da cultura, da educação e da língua.

Conforme os dados locais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI, 2022), o povo Tapuia em Goiás forma uma comunidade de aproximadamente 220 indígenas que vivem na aldeia, sendo 30 pessoas em Rubiataba e 12 em Nova América - além de outros indígenas que moram em distintas cidades e estados do Brasil. Estes, não entram no censo demográfico da aldeia e não se sabe se são computados nos censos das cidades em que vivem, por isso não se sabe ao certo quantos Tapuia estão vivendo fora da TI.

A TI do Carretão<sup>6</sup> do povo Tapuia fica a 48 km distante de Rubiataba e a 26 km de Nova América. São os municípios mais próximos da aldeia, por isso a escolha em

<sup>6</sup> Carretão em homenagem ao rio Carretão que passa dentro da TI.

estudar os indígenas que acabaram indo morar em uma das duas cidades. A TI é composta por duas glebas não contínuas: a gleba 1, subdividindo-se em 1-A, localizada no município de Nova América, e 1-B, localizada no município de Rubiataba, totalizando 1.666 hectares; e a gleba 2, localizada também no município de Nova América, com uma área de 77 hectares. As duas glebas perfazem um total de 1.743 hectares. Em 2022, abre-se um processo judicial, pedindo demarcação para outra porção de terra, que ficou fora da atual. As vias de acesso ao Carretão I e II se dão por duas rodovias a GO 334 e GO 434.

De acordo com Silva (2013, p.173), cada família Tapuia tem seu lote de terra, as casas são construídas no espaço da aldeia de maneira bem semelhante dos camponeses, distantes umas das outras. A autora ressalta ainda que o Português-Tapuia é a língua do povo Tapuia do Carretão, conhecida por sua cadência simpática, rica em atrativos e com uma grande capacidade de acolher o Outro. Ao invés de se concentrarem nas preocupações universais da cultura, o modo de falar Tapuia é mais inclinado às tramas locais. Infelizmente, os fazendeiros usaram esse fato como argumento para negar a identidade indígena.

Rodrigues (2018, p.134) considera que no século XVIII, devido às políticas coloniais no aldeamento Carretão, o povo Tapuia passou por um processo de integração linguístico-cultural. Como resultado, sua identidade indígena é frequentemente contestada por outros indígenas e não indígenas, que afirmam que eles "não são índios, porque não têm nem língua, nem jeito de índio". Apesar disso, os Tapuias se orgulham e defendem sua ancestralidade indígena, a qual vincula ao aldeamento Carretão, que existiu durante os séculos XVIII e XIX.

Portanto,

O Português Tapuia é a expressão do sentimento de pertencimento ao ser indígena e ao ser Tapuia no Carretão. Para além de fonemas, morfemas, monemas, sememas, sintagmas, frases e orações, as línguas têm palavras que constroem sentidos, que contam histórias armazenadas, mantidas em silêncio e em segredo, em nome da sobrevivência do povo. A língua de um povo é muito mais que gramática e léxico, é sentimento, é vínculo com o passado, com a realidade e com a irrealidade. Ao reconhecer o Português Tapuia como sua língua indígena, os Tapuias se reconhecem e se assumem, ao mesmo tempo, indígenas e Tapuias. Há uma visível mudança de atitude sociolinguística na comunidade, com relação a ser e a se reconhecer falante de Português Tapuia e com relação a ser Tapuia e, assim, ser indígena. O processo de autoaceitação é o próprio processo de etnogênese e vice-versa (RODRIGUES, 2018, p.148)

O povo Tapuia do Carretão, tem um processo histórico de formação, que se arrasta desde a criação do aldeamento até 2023. E em decorrência da inserção na região, dos não indígenas, a criação de municípios na região, experienciam os processos dessa interação. As tradições são mantidas, mas, ao mesmo tempo, existe a interação com um modo de vida não-indígena.

### **Território Tapuia do Carretão para as cidades de Rubiataba e Nova América (GO)**

A presente pesquisa foi realizada com o povo Tapuia em particular os indígenas que saíram da aldeia para morar nas cidades vizinhas Nova América e Rubiataba. O objetivo foi compreender o modo de vida, as novas territorialidades e ressignificações de viver na cidade. Foram realizados três trabalhos de campo, nas cidades de Nova América e Rubiataba, durante os anos de 2020 a 2022, sendo que no primeiro fomos até a aldeia que fica 56 km de Rubiataba.

Durante os trabalhos de campo, visitou-se a aldeia e os dois municípios que fazem parte do recorte espacial da pesquisa Nova América e Rubiataba. Contactamos o cacique do povo Tapuia por telefone para falar sobre a pesquisa, pedir consentimento para execução e permissão para uma visita. Passamos uma tarde apenas na aldeia e foi possível conseguir com o cacique contatos de telefone de alguns indígenas que moram nas cidades. Isso facilitou uma aproximação inicial e informações trocadas por *WhatsApp*, e depois tivemos os primeiros contatos com alguns indígenas. No decorrer da pesquisa, foram entrevistados quatro indígenas residentes em Nova América e sete em Rubiataba. O local das entrevistas foi em suas residências. Essa estadia nas duas cidades foi um momento muito importante para o avanço da pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

A idade das pessoas entrevistadas, variou entre de 30 a 86 anos, sendo três do sexo masculino e oito do sexo feminino. Assim, a maioria dos participantes da pesquisa foram mulheres entre 30 e 53 anos. Dessas, quatro moram em Nova América e três em Rubiataba; sete são casadas e possuem filhos (as) e apenas uma é solteira. Dos homens a idade variou entre 56 a 86 anos. Os três são casados com mulheres não indígenas e todos moram em Rubiataba.

Torna-se importante considerar que os deslocamentos indígenas da aldeia para as cidades no Brasil não são recentes. Acontecem desde meados do século XX, quando, entre as décadas 1950/1970, uma primeira onda de mão de obra chega às metrópoles para trabalhar na construção civil. Posteriormente, nos anos noventa, após a Constituição de 1988 e a ampliação da rede de ensino, essas transferências se tornaram mais recorrentes. Sobretudo, de estudantes.

Nunes (2010) ressalta que o processo de apropriação dos espaços urbanos por povos indígenas suscita questões consideradas desafiadoras, no que se refere às etnologias indígenas e envolvem-se com situações e relações não típicas do universo indígena. Dentre as quais, destaca-se as relações de consumo, dependência de mercadorias industrializadas e o próprio sistema capitalista de sobrevivência, pois são elementos que alteram aspectos para a sobrevivência do indígena na cidade.

Os processos de envolvimento entre o mundo indígena e o mundo citadino não indígena tornam-se de sobremaneira complexos. Nesse sentido Nunes (2010, p. 10) destaca que cada vez mais, os universos dos povos indígenas que conhecemos estão interligando-se com os processos do nosso próprio mundo [não indígena], tais como consumo, monetarização, dependência de mercadorias industrializadas, dinheiro, entre outros. A relação com o capital é um exemplo bem específico disso, pois a economia tem um grande peso na nossa maneira de organizar e dar sentido à nossa experiência mundana. Também, esses exemplos também se estendem ao envolver temas como conversão religiosa, educação escolar, formação acadêmica, modos de socialização, vestimenta, alimentação e formas de pensamento.

O modo de vida indígena transforma o próprio indígena, assim como transforma o espaço onde se vive. O deslocamento para as cidades interfere sobre as suas práticas sociais e, nesse contexto, as relações se espacializam, coadunando com a elaboração, ou não, de territorialidades indígenas no urbano.

De acordo com os últimos dados do IBGE (2010), há no Brasil mais de 800.000 indígenas que vivem nas grandes cidades, 38,5% deles, principalmente em São Paulo, e em Manaus, Boa Vista, Rio de Janeiro e tantas outras cidades brasileiras. Isso representa muitos desafios para a vida indígena, pois não é apenas mudar de paisagem, casa, ir em busca de emprego e melhores condições de vida – é deixar na aldeia muitos costumes do

cotidiano e tradições. Nesse contexto: Quais são os motivos que levam os indígenas a tomarem uma decisão tão difícil e muitas vezes violenta?

Os entrevistados responderam que entre os motivos mais frequentes destacam-se a busca por emprego, estudo e atendimento médico especializado. A falta de hospital na aldeia e uma assistência médica mais adequada é também motivo de alguns indígenas, sobretudo, os que necessitam realizar tratamento de saúde, de saírem da aldeia. Já nas cidades brasileiras a precarização da vida indígenas é constante e real. Os povos são privados do direito ao acesso a bens e serviços essenciais. São forçados a trabalhos pesados e com baixa remuneração. Assim, vão sobrevivendo a tantas barbáries e descasos do poder público local. Como a exemplo nessa pesquisa, a filha da entrevistada F foi uma das vítimas, que com a pandemia de COVID 19 veio a óbito no final do ano de 2020<sup>7</sup>.

No momento da saída dos Tapuia, do Carretão, não havia possibilidade de renda, nem projetos coletivos, muitos buscaram as cidades para trabalhar. Segundo Bonnemaïson (2002), devido aos deslocamentos aldeia-cidade, diferentes culturas vão compondo o mesmo espaço-território. No caso dos Tapuia residentes em Nova América e Rubiataba – Go, a fronteira entre TI e cidade, deve ser compreendida e analisada de maneira bastante cuidadosa, pois, como pondera Almeida (2005, p. 104), trata-se de “uma categoria ambígua e pouco discutida na Geografia”, desse modo, transfigura-se enquanto um limite social, delimitando nossas realidades de outras. Existe um modo de vida e práticas culturais típicas do povo Tapuia que ao se mudarem para as cidades são reelaboradas a um estilo urbano de ser.

O reconhecimento das fronteiras, ao que se refere a constituição de um território Tapuia urbano, torna-se relevante, dado que, esse é um dos elementos presentes na estruturação do próprio território pelos sujeitos, mesmo que essas fronteiras não sejam fixas ou até mesmo físicas/materiais. Almeida (2005) destaca que a fronteira é fluida, atravessando diferentes territórios e aspectos constitutivos como espaço, economia, sociedade, cultura e subjetividade. Ela abrange tanto a dimensão física quanto os aspectos simbólicos e perceptivos. Além disso, os sujeitos que vivem na fronteira estão expostos a realidades desconhecidas e ausentes de suas referências espaciais e culturais.

---

<sup>7</sup> A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. (BRASIL. Ministério da Saúde, 2021).

As reflexões acerca da elaboração do território urbano Tapuia, nos municípios de Nova América e Rubiataba – Go, esse perpassa pelo próprio território Tapuia, do Carretão, visto que esse é a base de referência territorial e identitária desse povo. Torna-se importante destacar que a fronteira antes de ser físico-material e simbólica, posto que existem fluxos que não podem ser comprimidos entre aldeia e cidades. Nesse sentido Almeida (2005) aponta que modo de vida das populações é determinado pelas práticas culturais, hábitos e percepções da natureza, bem como pela condição do morador. O território é influenciado por uma perspectiva integradora e relacional, submetido a um processo de dominação política e econômica.

A apropriação imaterial, simbólica-cultural, se dá pensando o território enquanto totalidade, sem fragmentá-lo e sem fazer leituras isoladas, observando as multidimensionalidades inerentes ao território (MOTA, 2011, p. 120).

A maioria das famílias Tapuia, residentes em Nova América e Rubiataba – Go, possuem casa própria (nove famílias), enquanto duas moram de aluguel. A aquisição dos imóveis foi com recursos próprios e por meio de programas habitacionais do governo do estado. Essas casas estão localizadas em bairros mais pobres e regiões mais periféricas dos municípios. No caso das duas pessoas entrevistadas que vivem de aluguel, uma paga com os rendimentos do esposo que trabalha em uma indústria sucroalcooleira e a outra recebe ajuda da FUNAI para pagá-lo – pois, a mudança para o município deveu-se sobre a realização de tratamento de saúde da esposa do entrevistado, pois esse não possui condições de se manter na cidade e custear as despesas.

Os bairros onde residem os Tapuia não contam com transporte público. Deslocam-se de bicicletas, moto, carro e/ou ‘a pé’. Possui saneamento básico com coleta de lixo, ruas asfaltadas e, também iluminação pública. Todos os bairros apresentam comércios, entre supermercados, padarias, bares e lanchonetes. Os serviços públicos como escolas e postos de saúde são oferecidos na maioria dos bairros. Onde esses não existem, são ofertados em bairros vizinhos.

Os Tapuia residentes nas cidades de Nova América e Rubiataba - GO, que participaram da pesquisa, destacam que não veem dificuldades em morar nos municípios, desde que se tenha emprego e renda para que possam fazer suas despesas e adquirir o que precisa para suprir as suas necessidades. Assim, surge algumas questões que inquietam o

debate: há planejamento urbano para atender às necessidades dos indígenas? Onde eles vivem nas cidades? Que direitos e ou garantia tem ao acesso de bens e serviços da cidade?

No livro *O direito à cidade*, de Lefebvre (1991), ressalta-se que há na cidade tantos direitos mal reconhecidos e para todos, se esses fossem garantidos, como o direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida e tantos outros a realidade social coletiva seria outra.

Nesse sentido, a territorialidade encontra-se imbuída no próprio processo de mobilidade, como apresenta Benedetti (2011, 36). A mobilidade realizada pelos Tapuia entre aldeia e cidades, transfigura-se enquanto estratégia de elaboração de um território indígena urbano. Para Benedetti (2011), a mobilidade deve ser observada enquanto um modelo particular de relação social e estratégia de reprodução social entre os lugares, o que define trajetórias espaço temporais complexas. E o direito à cidade, por parte da população Tapuia, deve ser observado enquanto elemento corroborativo para a elaboração de uma territorialidade indígena urbana.

Todos destacaram que receberam ajuda de parentes, assim como de não indígenas, que já moravam nos municípios, seja com ajuda financeira, auxílio para moradia e, para conseguir emprego. Com exceção de uma das entrevistadas, todas as outras pessoas declaram que não receberam e que nem recebem nenhum tipo de auxílio ou de ajuda destinada especificamente aos indígenas no contexto urbano, seja por órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais.

As despesas fixas da casa, alimentação, água, energia elétrica são custeadas pelo salário das esposas e dos maridos. Os Tapuia residentes em Nova América e Rubiataba - Go, ao serem questionados se necessitam de algum tipo de ajuda ao chegarem na cidade declararam que inicialmente, ao chegarem nas cidades, receberam ajuda tanto no sentido de moradia quanto financeiro, com auxílio de parentes que já residiam na cidade. No momento da realização das entrevistas, declararam que atualmente são esporádicas situações em que recorrem a esse tipo de ajuda.

As mulheres revelaram que receberam algum tipo de ajuda governamental, por meio de programas de auxílio a pessoas em situações de vulnerabilidade econômica, e dessas, uma ainda continua recebendo. Dentre os programas, destacam-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Renda Cidadã, Bolsa Família e Auxílio Emergencial.

No caso da entrevistada que ainda recebe algum tipo de auxílio, o bolsa Brasil, durante a conversa, deixa claro que embora o tenha, esse não é em seu benefício, posto que o valor é integralmente destinado à sua filha, que mora com a sua irmã em outro estado, Distrito Federal – DF. Como já destacado antes, nenhum dos benefícios são destinados exclusivamente à população indígena em contexto urbano.

A obtenção de mantimentos e a dieta alimentar se dá principalmente por meio de produtos industrializados, e comprados em feiras, sendo a produção orgânica realizada nos quintais apenas um complemento da sua dieta. Fato que vai à contramão de quando moravam no Carretão, visto que a produção orgânica era a principal fonte de alimentos e os adquiridos fora da TI e, industrializados, eram apenas complemento a sua dieta, “[...] era na roça mesmo! Plantava uma rocinha, era mais isso mesmo. Era um lavrador mesmo. Né?! E quando a gente queria mais serviço, saia para fora, para trabalhar, era um hábito nosso!” (ENTREVISTADO I, 2021).

A entrevistada G relata que só conseguiu sair do aluguel após se cadastrar em programa de moradia social, oferecido pelo governo estadual e ter sido contemplada, posteriormente, com a venda dessa casa para conseguiu adquirir outro imóvel na mesma cidade, localizado mais próximo ao seu local de trabalho.

A aquisição do imóvel da entrevistada B, apenas se deu após o falecimento do seu primeiro esposo. Antes do ocorrido, os dois e as filhas residiam e trabalhavam na terra. Com a morte do marido, ela recebe uma indenização, e com esses recursos comprou a sua residência, para que ela e sua filha pudessem se mudar para a cidade.

No caso da entrevista B, mora em um imóvel que pertence a sua mãe, que vive no Carretão. A sua mãe utiliza a residência apenas por períodos de estadia, quando existe a necessidade de resolver algo na cidade necessitando que fique por um tempo maior. Na ocasião da visita a entrevistada B, havia recentemente saído do aluguel e se encontrava morando na casa da sua mãe. Em decorrência de sua volta para o Carretão, ela disse que: “Por que assim, eu vivo de aluguel né!? E aqui é a casa da minha mãe, aí ela voltou para a aldeia de novo, e ela arrumou aqui para eu morar.”.

A entrevistada C descreve que só conseguiu a sua casa após um longo período vivendo de aluguel, a *priori* em uma área considerada de invasão, mas, que foi posteriormente regularizada, momento este que conseguiu quitar o lote e construir sua

residência. A entrevistada E possuía casa própria adquirida com recursos próprios dela e do seu ex-esposo e, que após a separação, a casa ficou em favor dela e de suas filhas.

As políticas habitacionais evidenciadas, cujas quais alguns Tapuia foram beneficiados, como o caso do ‘Programa Mutirão da Moradia’<sup>8</sup>, foram destinadas à população goiana de baixa renda. De modo geral, não sendo nenhum tipo de política proposta especificamente a povos indígenas urbanos. A aquisição de imóveis do povo Tapuia se deu a partir de recursos próprios.

Outro elemento importante identificado durante as entrevistas se refere ao reconhecimento dos Tapuia residentes na cidade pelo Estado e os órgãos públicos, visto que esses demonstram uma insegurança quanto a isso dado o não reconhecimento estatal e a ausência de políticas públicas destinadas aos indígenas vivendo em contexto urbano. Nesse contexto, as informações apresentadas evidenciam que os Tapuia em contexto urbano não usufruem dos mesmos direitos sociais que os indígenas que vivem em TI e, nas cidades são privados de vários dos seus direitos adquiridos, tal como ocorreu com a vacinação da Covid-19, a qual esses povos têm direito prioritário.

Os Tapuia residentes em Nova América e Rubiataba – GO, deixam claro, a identidade indígena, conservam as origens e ancestralidade as referências de seus antepassados que formaram o seu povo e, mantem contato com os seus parentes que moram na TI Esse pensamento por parte sobretudo, de não indígenas é absolutamente atrasado, indígena não deixa de ser indígena porque mora em cidades ou em qualquer outro lugar que não seja na aldeia.

Rodrigues (2020, p. 43) destaca que o povo Tapuia nunca perdeu os traços culturais e a língua, mas sim constituíram um povo indígena com características específicas. Nesse sentido destaca que esse fato serviu de pretexto para a invisibilidade do povo Tapuia, e mesmo o autorreconhecimento por parte de alguns foi prejudicado. Embora isso o povo Tapuia, se reconhecem, com ou sem características que remetem ao estereótipo do que é ser indígena no Brasil.

As narrativas dos Tapuia residentes em Nova América e Rubiataba – Go, demonstram que conseguem alcançar muitos objetivos e vida melhor. Contudo, com

---

<sup>8</sup> Programa habitacional promovido pelo governo do estado Goiás, durante as décadas de 1980-1990, destinado a população de baixa renda, instituído pela Lei nº 9.353, de 30 de agosto de 1983, regulamentada pelo Decreto nº 3.669, de 27 de agosto de 1991.

muitos desafios, enfrentamentos e resistências cotidianas. O debate identitário é atrasado e violento. Para os Tapuia os dilemas identitários é uma herança histórica ultrapassada e atual. Nesse contexto, Santos (2003, p.56), considera que:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

É importante destacar que os encontros interétnicos, ao longo da história foram marcados por um processo que tentou cercear e desumanizar grupos e povos considerados diferentes do modelo hegemônico. Lima, Faro e Santos (2016) apresentam que esse fato se dá em decorrência de teorias implícitas de personalidade, que buscam inferiorizar o outro. E no caso dos Tapuia residentes nas cidades não tem sido diferente. Apesar disso, esse povo é resiliente e mantém-se orgulhoso de sua identidade e ancestralidade.

Os (des)encontros acarretaram profundos estigmas na construção identitária dos povos indígenas. Eles afetam no que tange ao reconhecimento enquanto povo e, ocorrem desde a chegada dos povos europeus à América. Ao contrário dessas adversidades que estigmatizaram a constituição identitária indígena, surgem estratégias de resistência, que corroboram com a construção de um conjunto de elementos, pelos quais esses povos visam garantir a sua sobrevivência, enquanto povo e indivíduos.

De maneira que “[...] muitos desapareceram física ou culturalmente, e muitos outros mostraram uma vontade obstinada de lidar com todos os tipos de ameaças e desastres” (DUQUESNOY, 2014, p. 67). Nesse sentido, a resiliência apresenta-se enquanto estratégia, que permite com que alguns membros resilientes de um grupo sociocultural consiga suplantar estigmas e situações que os contrafazem.

A resiliência é perceptível na fala dos Tapuia entrevistados, posto que, ao se mudarem para as cidades e encontrando as dificuldades, decorrentes dessa mudança, se fortalecem e buscam superar adversidades, se reelaborando de maneira positiva. Nesse sentido, deixando evidente que, traçam estratégias para sua adaptação a um novo ambiente, identifica elementos necessários para que tenha um bem-estar, a exemplo dado pela mesma busca concluir seus estudos. E torna-se também importante ressaltar que mesmo nesse momento de resiliência, internalizam seus conhecimentos e saberes culturais, e, ao mesmo tempo, apropriam-se deles na interação com o espaço urbano, e com os sujeitos que ali vivem.

De acordo com Bonnemaïson (2002), a territorialidade deve ser compreendida enquanto relação cultural e social que existe entre o povo e a trama de lugares e itinerários, que são os elementos que constituem o território. Esse autor apresenta como exemplo os povos nômades e/ou caçadores coletores, que embora possuam uma extensão de trajetória numa determinada área e ainda que existam pontos fixos e itinerários familiarizados que determinam o território de errância, as suas fronteiras são fluídas e existem pontos que são até mesmo compartilhados com outros povos.

Cruz (2020) salienta que as culturas indígenas não são estáticas, passaram por processos de dominação, aniquilação e mesclagem, assim como ocorreu com o povo Tapuia. Mesmo no ano de 2022, as transformações ocorrem, especialmente pelo interesse existente sobre as TI especialmente pela exploração capitalista, além do deslocamento dos povos indígenas rumo aos espaços urbanos. E em paralelo surge um processo de (re)existência do povo Tapuia em contexto urbano, no sentido de resguardar sua história, cultura e modos de vida.

Os Tapuia residentes em Nova América e Rubiataba – GO, buscam por meio de um processo de resistência o fortalecimento sociocultural do seu povo, mesmo na cidade mantêm modos de vida análogos à vida no TI como o cultivo de plantas para a alimentação, criação de animais, a pesca, o rio e o contato com a natureza. Dentre as coisas que destacaram sentirem falta, está o contato com a natureza e o meio de produção de alimentos e criação de animais. Mas, como relatam sempre que possível, visitam o Carretão e estão em contato com os parentes que ainda moram lá.

A situação mais desafiadora aos Tapuia residentes em Nova América e Rubiataba, está o modo de vida, que remete ao sentimento de liberdade que possuem no território indígena. A saudade da maneira como viviam na aldeia a liberdade e o contato com a natureza, nas entrevistas, destacaram que dentre os motivos que ainda os fazem estar morando na cidade estão os seus empregos, o acesso a médicos e hospitais especializados a suas demandas, escolas, faculdades e universidades que possibilitam o avanço dos estudos deles e de seus filhos.

Ainda de acordo com os relatos dos Tapuia moradores das duas cidades, eles nasceram na aldeia e foram para a cidade em um momento em que o seu povo passava por muitas privações, vivenciando um processo de opressão pelo território, que se

encontrava invadido. Tinham que trabalhar para os posseiros e não recebiam nada: ‘era uma capanga de café e uma xícara de açúcar’.

Durante as observações e entrevistas com o povo Tapuia em Nova América e Rubiataba, nota-se que eles utilizam o português Tapuia, preservando características distintas em sua forma de falar. Nesse sentido, apresentam uma maneira de falar adquirida por meio das relações sociais entre próprio povo e com os não indígenas e, faz parte do repertório cultural deles e, o repasse dos costumes sociais e linguísticos aos integrantes mais novos. Dentre os distintivos estão o cancelamento do -r pós-vocálico em sílaba final, reestruturação silábica, assimilação de -ndo em -no em final de verbo no gerúndio”, como já detectado por Trindade (2009).

Nesse contexto, apresenta também outros elementos característicos que o caracteriza como português étnico Tapuia. Rodrigues (2020, p. 15) ressalta que língua materna se constitui do português étnico Tapuia possui sua estrutura gramatical, além de uma base lexical românica, perpassada pelas melodias das línguas indígena Macrô-Jê.

### **Considerações finais**

A investigação sobre deslocamentos indígenas é um tema importante, especialmente para a Geografia, que tem métodos específicos para entender os motivos dessa mobilidade no espaço. O povo Tapuia no Brasil sofreu estereótipos criados por não indígenas, que os caracterizaram como inferiores, sem povo, etnia, língua, cultura ou identidade. Essa forma de caracterização violenta utiliza o termo "sem" para reforçar o eurocentrismo estrutural, onde os povos e culturas são hierarquizados como melhores ou piores, superiores ou inferiores. Com o povo Tapuia do Carretão que vive em Goiás, sujeitos dessa pesquisa, não foi diferente, pois tem em sua história marcas de violência diversas em relação a sua cultura e identidade, e, além disso um território pressionado por atividades econômicas que não visam integrá-los ao processo, mas, expulsá-los de sua casa e lugar.

Nos dois municípios da pesquisa é perceptível que pouco progresso foi feito em relação às políticas públicas de saúde, segurança, alimentação e educação para os Tapuia residentes na cidade. A falta de acesso a serviços e bens básicos em seus territórios leva indígenas e suas famílias a se deslocarem para cidades que oferecem melhores

oportunidades de acesso a esses serviços essenciais. Essa saída do lugar de origem é também um processo violento para os indígenas, que sem escolha, deixam os costumes, modo de vida, objetos, alimentos, festas, rituais, convivência, entre outros elementos que compõem o cotidiano cultural específico de cada povo. Construir novas territorialidades no espaço limitado da cidade é um grande desafio. Muitas coisas são possíveis de reproduzir no espaço da cidade, pois o saber ancestral e as práticas culturais não desaparecem ao sair da aldeia. O que muda são as formas de realizar. Os que resistem no espaço das cidades, ressignificam os quintais e aproveitam cada cantinho de terra que há. Cultivam plantas medicinais e raízes, pequenos canteiros de alimentos e criam animais quando possível.

As práticas de cultivo realizadas pelos Tapuia urbanos, utiliza-se de mecanismos tecnológicos provenientes das cidades, de insumos agrícolas, sementes adquiridas em lojas agropecuárias, o que foge ao modelo tradicional Tapuia que lhes foi passado pelos ancestrais. O contato com a natureza nas cidades se limita a parques e áreas verdes, e em momentos em que buscam aos finais de semana, como lazer, visitas às casas de amigos, parentes e vizinhos, em especial para pesca e banhos de rio.

Sobre a mobilidade Tapuia entre aldeia e os municípios de Nova América e Rubiataba, torna-se importante enfatizar, que o território indígena antecede a criação das duas cidades, o que permitiria inferir que, não seria o espaço urbano apenas parte de um território tradicionalmente indígena que foi expropriado pelo não-indígena e o utiliza a partir do seu modelo de sociedade. De fato, a localidade dos municípios é parte de um itinerário de lugares que se inserem no território Tapuia.

A visão holística permite pensar a primazia do Carretão e do povo Tapuia ante a estruturação dos municípios que foram campo de investigação, porque mesmo o espaço urbano sendo concebido enquanto um espaço numa perspectiva não-indígena, o princípio organizacional do povo Tapuia do Carretão tem seus registros oficiais naquela região registrados desde o ano de 1784.

O modo de vida do povo Tapuia que reside em áreas urbanas dos municípios sofre adaptações, resultando em uma identidade urbana cidadina Tapuia, conforme relatado por eles próprios. Nessas cidades eles vivem da mesma maneira que os não indígenas, como eles mesmos afirmam, mas, ao mesmo tempo enfatizam que possuem uma cultura diferente e percepções distintas do ambiente, sentindo falta da presença da natureza. É

importante ressaltar que a pesquisa investigou pessoas nascidas e criadas no Carretão, que posteriormente se mudaram para a cidade, a fim de compreender os modos de vida Tapuia. Essa seleção se deu dado as dificuldades impostas pelo contexto pandêmico, ocasionado pela COVID-19, o que impossibilitou a realização de visitas e trabalhos e trabalhos de campo na aldeia, mas, isso também permitiu aprofundar os conhecimentos acerca do modo de vida do povo Tapuia, por intermédio de pessoas nascidas e criadas na aldeia, buscando dar voz a esses sujeitos e imergir em suas percepções, sobre o que é um Tapuia residente na cidade.

As principais dificuldades do povo Tapuia no processo de elaboração da uma territorialidade nos espaços urbanos, dada a transição entre Carretão para cidade, remete à saudade que sentem da aldeia, mas, ainda assim se mostram resilientes, adquirindo um modo Tapuia urbano de ser, em momento nenhum perderem as memórias de sua ancestralidade.

A existência de conflitos entre os Tapuia e os não indígenas, não foi detectada na ocasião da pesquisa. Embora relatem que já tenham sofrido com situações opressoras e atos de discriminação, no início, quando se instalaram na cidade. Embora os relatos históricos demonstrem que na maioria dos casos os encontros interétnicos sejam marcados por atos de rivalidade, em à cultura hegemônica, caso seja de seu interesse use de estratégias para desestruturar ou mesmo dizimar uma cultura ou considerada desviantes de seu padrão. Entretanto, os Tapuia descrevem uma convivialidade nas cidades, se sentem à vontade para circular no espaço urbano.

Os atos de segregação socioespacial entre o povo Tapuia e os não indígenas no espaço urbano de Nova América e Rubiataba – GO são inexistentes, visto que todos relatam que conseguiram adquirir suas casas nas cidades sem maiores dificuldades, e destacam que tanto para a construção não existe diferenças entre Tapuia e não indígenas, desde que possuam emprego e renda. É importante pensar que todas adquiriram suas residências onde conseguiram na ocasião e, a partir disso, transformaram-nas em seus lares.

Em nenhum dos dois municípios que foram o campo de pesquisa foi possível identificar nenhum tipo de política pública, seja municipal, estadual ou federal destinada em específico à população indígena urbana. Existe apenas uma exceção de uma pessoa que participe da pesquisa que tem seu aluguel custeado pela FUNAI, não sendo este benefício estendido a outros Tapuia. A pesquisa realizada não evidencia a presença de

uma territorialidade Tapuia urbana nos municípios de Nova América e Rubiataba, em Goiás. Isso sugere a ausência de estratégias e esforço coletivo para delimitar, compreender e dominar um espaço específico, formando um território. Não há domínio físico-material nem simbólico-cultural por parte da população Tapuia nessas áreas urbanas.

Assim esperamos ter contribuído para que esse apagamento não ocorra e que sirva de base para futuras reflexões e pesquisas, dentre alguns elementos que se faz necessário aprofundamentos está o de realizar um levantamento mais robusto da população Tapuia do Carretão, residentes nas cidades, especialmente nas regiões de Ceres e do Vale do São Patrício, posto que a mobilidade desse povo entre os municípios que compõem essas regiões é contínua.

## Referências

ALMEIDA, M. G. de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 103-114, ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0009>

ALMEIDA, M. G. de. Retratos para a Unesco da reserva da biosfera do Cerrado – Resbio Goyaz: suas paisagens culturais e identidades territoriais. **Boletim Goiano de Geografia**, [S. l.], v. 39, p. 1–19, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v39i0.59401>

ALVES, A. M. O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**. v. 9. n. 1 São Paulo. 2010.

BARBOSA, A. S.; SCHMITZ, P. I.; ANTÔNIO NETO, T.; GOMES, H. **O piar da Juriti pequena: narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado**. Goiânia: PUC - Goiás, 2014.

BENEDETTI, A. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In: COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. (org.). **Fronteiras em foco**. Campo Grande, Ed. UFMS, 2011, p.33-55

BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia Cultural: Um Século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.

BORGES, M. V. O estudo do Avá: relato e reflexões sobre a análise de uma língua ameaçada de extinção. **Revista Liames**, Campinas, n. 2, p. 85-104, 2006. DOI: <https://doi.org/10.20396/liames.v2i1.1406>

BORGES, S. M. S. **Os Tapuio do Carretão/GO [manuscrito]** : uma reflexão sobre sua história e a educação escolar – memórias e experiências. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, Goiânia, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus**. Brasília, Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus> Acesso em: 20 jan. 2021.

CHAIM, M. M. **Aldeamentos indígenas**: Goiás, 1749 –1811. 2. ed. rev. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

COUTINHO, L. M. O Bioma do Cerrado. In. KLEIN, A. L. (org.). **Eugen Warming e o Cerrado brasileiro**: um século depois. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado. 2002.

COUTINHO, L. M. **Biomias brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

CRUZ, A. K. R. **A Fecundidade dos Povos Indígenas no Brasil**: níveis, padrões e determinantes. 2020. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2020.

DUQUESNOY, M. Resiliência cultural comunitária como tarefa política feminina das mulheres Williche de Chaurakawin. Região de Los Lagos, Chile. In. **Cuicuilco**. n. 59, jan./abr. 2014

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Disponível em: [https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf). Acesso em: 3 ago. 2021

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. 2020. Disponível em: <http://funai.gov.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 3 ago. 2021

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indígenas. **Indígenas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf) Acesso: 13 maio 2022.

ISA - Instituto Socioambiental. 2015. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br> . Acesso: 18 maio 2021.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1991.

LIMA, M. E. O.; FARO, A.; SANTOS, M. R. dos. A desumanização presente nos estereótipos de índios e ciganos. **Revista Psicologia, Teoria e Pesquisa.**, v. 32, n. 1, jan./mar. 2016, p. 219-228. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-37722016012053219228>

MELO, A. B. de. **A política indigenista Pombalina na Capitania de Goyas**: o tempo de rendição (1772-1783). Dissertação (Mestrado em História). 2008. 131f. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MOTA JUNIOR, E. R.; SILVA, I. de S.; SILVA, L. G. da. Fronteiras, mineração, conflitos e pressões em terras indígenas no Cerrado brasileiro. **Revista Campo-Território**, v.16, n.40, abr.2021, p.115–135. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT164005>

- MOTA, J. G. B. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/375>. Acesso em: 7 set. 2021.
- MOURA, M. C. O. Aldeamento Carretão: “marco zero” da história das relações interétnicas dos tapuios. *In. Dimensões*. vol. 18 – 2006.
- NUNES, E. S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.8289>
- RAVAGNANI, O. M. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. *In. Perspectivas*. São Paulo. Ed. 9/10. 1986-1987.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. Companhia das Letras. 1995.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Cia das Letras. 1996, 542p.
- RODRIGUES, E. M. R. Português Tapuia: um signo de resistência indígena. *In. Revista Porto das Letras*, v. 04, n. 01. 2018. Sociolinguística: os Olhares do Sul na Desestabilização dos Modelos Herdados.
- RODRIGUES, E. R. M. **Narrativas Oraís do Povo Indígena Tapuia do Carretão**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-graduação em Performances Culturais. Goiânia. 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11084> Acesso em: 12 out. 2021.
- SANTOS, B. de S. " Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 65, maio 2003, p. 3-76.
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SESAI. Secretaria da Saúde Indígena. Posto Local, cidade de Minaçu/Goiás, 2022.
- SILVA, C. T. **Cativando Maira**: a sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto Rio Tocantins. Tese (Doutorado). Faculdade de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- SILVA, L. G. da. A luta pela terra, a luta pela vida: a interveniência das Políticas Públicas no Território do Povo Indígena Tapuia em Goiás. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 3, p. 164–187, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v7i3.9223>

SILVA, L. G. da. **Singrar rios, morar em cavernas e furar jatoká**: ressignificações culturais, socioespaciais e espaços de aprendizagens da família Avá-Canoeiro do Rio Tocantins. Goiânia, 331f. Tese (Doutorado) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.2016.

SILVA, L.G. da; ROSA, O.; MATOS, P. F. de. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges do Povo Tapuia (GO): educação escolar indígena e saberes específicos. **Geografia em Atos** (Online), v.5, 2021, p.1-19. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2021.8420>

TERRABRASILIS. PRODES (Desmatamento) Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increment> . Acesso em: 3 ago. 2021.

TRINDADE, I. E. **O fenômeno da Monotongação no Português Tapuio**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. 2009.

Recebido em 16/052023.

Aceito para publicação em 20/07/2023.